

**ÀS PORTAS DAS MINAS E AO SOPÉ DAS GERAIS:
A CARTOGRAFIA DA REDE HIDROGRÁFICA DO ARRAIAL
DO CURRAL DEL REY (1734/1893)**

**AT THE DOORS OF MINAS AND SOPÉ DAS GERAIS: THE
CARTOGRAPHY OF THE HYDROGRAPHIC BASIN IN
ARRAIAL DO CURRAL DEL REY (1734/1893)**

Alessandro Borsagli¹ & José Flávio Morais Castro²

¹ Mestre em Geografia
PPGG-TIE PUC Minas
Avenida Itaú 505 – Dom Cabral, Belo Horizonte - MG, Brasil
E-mail: borsagli@gmail.com

² Doutor em Geografia
PPGG-TIE PUC Minas
Avenida Itaú 505 – Dom Cabral, Belo Horizonte - MG, Brasil
E-mail: joseflavio@pucminas.br

Recebido 31 de Maio de 2019, aceito 07 de Agosto de 2020
DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562020e40179>

Resumo: Apresente pesquisa objetivou analisar a cartografia histórica que contempla a região do Curral del Rey entre os anos de 1734 e 1893. Essa data é referente a chegada da Comissão de Estudos das Localidades para a Nova Capital de Minas Gerais, a qual publicou um estudo detalhado da rede hidrográfica do sítio do arraial, a partir de estudos de campo. Buscou-se ainda apontar a fidedignidade na representação da rede hidrográfica e do arraial nos mapas analisados, uma vez que os mapas elaborados entre 1835 e 1859 apresentavam uma discrepância em relação aos mapas elaborados no século XVIII, assim como em relação aos mapas elaborados após o ano de 1882, que pode ser entendido como um desconhecimento em caráter oficial do território que se localizava na divisa entre as minas e o sertão das gerais, ressaltando que os ribeirões Arrudas e Onça eram conhecidos desde a primeira metade do século XVIII.

Palavras-chave: Belo Horizonte, Geografia Histórica, Cartografia Histórica, rede hidrográfica.

Abstract: The present research aimed to analyze the historical cartography which contemplates the region of *Curral del Rey* between the years of 1734 and 1893. This date refers to the arrival of the Commission of Studies of Localities for the New Capital of Minas Gerais, which published a study detailed description of the hydrographic network of the camp based on field studies. In addition, it was also tried to point out the reliability in the representation of the hydrographic network of the camp in the analyzed maps, as the maps elaborated between 1835 and 1859 presented a discrepancy in relation to the maps elaborated in century XVIII, as well as in relation to the maps elaborated after the year of 1882, which can be understood as an official lack of knowledge of the territory that was located on the border between the mines and the *sertão das gerais*, noting that the *Arrudas* and *Onça* streams were known since the first half of the eighteenth century.

Keywords: Belo Horizonte, Historical Geography, Historical Cartography, hydrographic network.

1. INTRODUÇÃO

Os cursos d'água de Minas Gerais possuem grande importância no processo de ocupação do território mineiro, uma vez que serviram de eixos norteadores para o desbravamento dos sertões, assim como os seus depósitos auríferos proporcionaram o rápido povoamento da porção correspondente às minas (Sacrato, 2009).

Nesse contexto, a cidade de Belo Horizonte foi construída sobre o sítio do antigo arraial do Curral del Rey, povoado fundado no primeiro quartel do século XVIII por Francisco Homem del Rei (Barbosa, 1981), na margem sul do ribeirão Grande¹ (Barreto, 1936), afluente da margem oeste do rio das Velhas. A posição geográfica do sítio, que se encontrava próximo ao entroncamento das estradas

¹ Ribeirão Arrudas.

das minas e dos currais, possibilitou o rápido crescimento do povoado, então conhecido pela qualidade de suas águas (Martins & Oliveira, 1864).

No entanto, a rede hidrográfica do sítio do arraial, apesar da importância para a ocupação do território e mesmo para a subsistência da população local (Dias, 1897) foi representada nos mapas elaborados entre 1734 e 1882 de maneira geral. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a cartografia histórica que contempla a Freguesia do Curral del Rey entre os anos de 1734 e 1893, data da chegada da Comissão de Estudos das Localidades para a Nova Capital de Minas Gerais que publicou, a partir dos estudos de campo coordenados pelo engenheiro Samuel Gomes Pereira, um estudo detalhado da rede hidrográfica do sítio do arraial (Minas Geraes, 1893).

A pesquisa procurou ainda apontar a fidedignidade na representação da rede hidrográfica e do arraial nos mapas analisados, ressaltando que o olhar geográfico-histórico em relação a rede hidrográfica do arraial geralmente se encontra restringida à chegada da Comissão Construtora da Nova Capital ao arraial de Belo Horizonte, ocorrida no ano de 1894 (Fundação João Pinheiro, 1997), existindo poucos manuscritos que abordam de maneira geral a rede hidrográfica da Freguesia (Barreto, 1936; Martins & Oliveira, 1864), de grande importância para uma região que durante quase dois séculos abasteceu as minas e as cidades que integravam a Freguesia de víveres e produtos de pequenas indústrias (Dias, 1897).

2. CARTOGRAFIA HISTÓRICA NO BRASIL

Os mapas históricos possuem informações que auxiliam no esclarecimento de certos fatos ou momentos da história da humanidade (Cortesão, 1960), exercendo ainda a função de arquivos temporais para um dado espaço geográfico, na qual

a possibilidade de recuperação de informações de um período específico se torna concreta (Santos *et al*, 2015). Nesse sentido, por se tratar de uma reflexão dentro do contexto da cartografia histórica do sítio da cidade de Belo Horizonte elaborada até o ano de 1893, optou-se pelo enfoque teórico-metodológico a partir do século XVIII, quando o progresso científico da *Idade da Razão* refletiu de maneira significativa nos mapas (Castro, 2017).

A cartografia no Brasil se originou a partir da cartografia portuguesa desenvolvida no século XVI, com intuito da elaboração de mapas das rotas de navegação, desenvolvendo-se ao longo dos séculos a partir da necessidade de reconhecimento das terras do interior e das questões geopolíticas, na qual o trabalho realizado pelas comissões de limites no século XVIII deram grande impulso à cartografia brasileira (Archela, 2007).

Nesse contexto, destaca-se os mapas da Capitania de Minas Gerais elaborados ao longo do século XVIII, visto que a organização espacial da capitania exigia mapeamento detalhado para o planejamento e o gerenciamento do espaço (Castro, 2017). Os mapas geoprocessados pelo autor permitiram a compreensão da hierarquia urbana no período colonial, assim como a distribuição espacial dos fenômenos no território mineiro.

Um marco importante para a história da cartografia no Brasil foi o *Atlas do Império do Brasil* publicado no ano de 1868. Para Cavenaghi (2010) o *Atlas* orientou a condução da interpretação do espaço geográfico brasileiro ao longo do século XIX, ainda que os mapas eram elaborados e impressos desde o início dos oitocentos por poucas oficinas tipográficas especializadas, o Arquivo Militar e a Imprensa Régia, e restritos a um público específico.

O Atlas buscava ainda proporcionar o conhecimento geográfico do território, em um momento em que a geografia se encontrava em atraso no Brasil, fato

inadmissível para Almeida (1868), organizador da obra que considerava o conhecimento da geografia, até então negligenciada no Império, imprescindível para o avanço das relações comerciais e para o desenvolvimento industrial. O organizador observa ainda que o fato do Brasil ter se tornado uma nação *anti-geográfica* no período se devia a Portugal e a guerra frente à Igreja no século XVIII (possível referência aos Jesuítas e o seu papel na educação no Brasil), ressaltando ainda que o Atlas havia sido elaborado para a educação da mocidade que frequentava os estabelecimentos educacionais do país.

É importante ressaltar que, quase três décadas após a publicação do Atlas, foram elaborados os primeiros mapas do arraial de Belo Horizonte (1893) pela *Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital de Minas Gerais*, composta de engenheiros e técnicos formados pelas instituições de ensino da Corte (Fundação João Pinheiro, 1997).

Nesse contexto, a cartografia histórica da cidade de Belo Horizonte já foi trabalhada anteriormente por Gomes (2009) e Hoyuela Jayo (2015), destacando-se ainda o *Atlas histórico de Belo Horizonte* publicado no ano de 1997 pela Fundação João Pinheiro, o qual reuniu a cartografia histórica da capital mineira elaborada entre o final do século XIX e a última década do século XX. O resgate e publicação dos registros cartográficos de Belo Horizonte pode ser considerada parte do impulsionamento das pesquisas de cartografia histórica ocorrido a partir da década de 1970, destacando-se as publicações referentes aos naturalistas viajantes e às primeiras publicações de cunho geográfico-histórico de Minas Gerais (Castro, 2017).

No entanto, é importante ressaltar que não são conhecidos até o presente momento trabalhos cartográficos que representem de maneira mais detalhada a região da Freguesia do Curral del Rey no período anterior a 1893, fato que pode ser explicado pelo fato da freguesia se encontrar fora da região das minas, ao mesmo tempo em que a cartografia elaborada nos séculos XVIII e XIX em

geral abrangia todo o território mineiro e as suas comarcas, representadas no mapas elaborados por José Joaquim da Rocha no ano de 1778, a pedido da Coroa Portuguesa (Castro, 2017).

3. CARTOGRAFIA HISTÓRICA E A REDEHIDROGRÁFICA DO CURRAL DEL REY

A cartografia do território mineiro pode ser considerada um capítulo à parte na história de Minas Gerais. Representada nos mapas dos séculos XVI e XVII de forma geral, onde um dos aspectos mais notáveis eram as tribos indígenas (Machado & Renger, 2015) visto o não conhecimento do território, com a descoberta oficial do ouro no ano de 1693 (Castro, 2017), teve início a representação cartográfica do território das minas e dos currais, nos quais se destacam os mapas dos sertanistas, datados da primeira metade do século XVIII e o mapa de Jacobo Cocleo (1628-1710), padre jesuíta que apresentou, de forma imprecisa, em seu *Mapa da maior parte da Costa e Sertão do Brazil* as descobertas auríferas no território explorado pelos bandeirantes paulistas e os primeiros topônimos relacionados à rede hidrográfica e as serras.

Para os sertanistas e aventureiros que chegavam à região aurífera, os rios cumpriam a função de marcos de referência e de suprimento de víveres, como se lê no relato do padre André João Antonil inicialmente publicado no ano de 1711 e reeditado no ano de 1837 e onde se encontram detalhes da rota entre São Paulo e as minas de ouro.

Os mapas elaborados *a posteriori* ao relato de Antonil para fins de planejamento do território e gerenciamento do espaço da Capitania de Minas Gerais (Castro, 2017), apresentam uma rede hidrográfica detalhada, destacando-se os principais rios da Capitania e os seus afluentes mais notáveis, assim como as estradas de ligação entre as minas e os currais e os principais núcleos urbanos.

Consta ainda no mapa a existência de um curso d'água denominado *Bento Pires*, situado na margem oeste do rio das Velhas e ao norte do ribeirão do Curral. Certamente, trata-se do ribeirão da Onça, representação que também pode ser considerada a primeira referente ao curso d'água. Bento Pires foi um dos primeiros fazendeiros da região do Curral del Rey e a sua sesmaria se encontrava inserida na bacia do ribeirão que primitivamente recebeu o seu nome, observando que o topônimo se conservou até a segunda metade da década de 1930, desaparecido com a construção da Represa da Pampulha (Borsagli, 2016) que passou a batizar a porção do ribeirão compreendida entre a represa e a confluência do curso d'água com o córrego da Cachoeirinha.

No ano de 1729, por meio de alvará expedido por Dom João V, Diogo Soares e Domingos Capassi foram enviados ao Brasil para realizar o mapeamento do território para fins de planejamento, econômicos, administrativos e geopolíticos (Castro, 2017). Para tal, Capassi e Soares, ao chegarem ao Brasil reuniram uma grande quantidade de manuscritos e mapas dos sertanistas de São Paulo, Cuiabá, Rio Grande e do rio da Prata. Os mapas contêm informações gerais sobre o território explorado pelos paulistas, possíveis autores das cartas, visto que grande parte representam o território paulista e regiões adjacentes, como o território das minas e partes do sertão ou *curraes* (Cortesão, 1971).

As cartas sertanistas se destacam pela representação da rede hidrográfica e dos acidentes geográficos, tanto naturais quanto artificiais, o que é, para Cortesão (1971), prova irrefutável da influência indígena na exploração do território transposta para os mapas.

Nessa conjuntura, encontram-se representados o arraial do Curral del Rey e a sua rede hidrográfica (Figura 2) de maneira próxima à realidade, na qual os cursos d'água próximos ao arraial e Abóboras (Contagem) seguem na direção leste, afluentes da margem oeste do rio das Velhas. Ainda assim, nos dois exemplos expostos o ribeirão Arrudas se encontra conectado com o ribeirão da Onça, o que

demonstra um conhecimento parcial do território por parte do autor dos mapas, possivelmente elaborados a partir de relatos, memórias e observações empíricas.

Cortesão (1971), a partir das análises dos trabalhos realizados pelos padres matemáticos, sugere que os erros poderiam ser propositais, dentro dos preceitos geopolíticos portugueses de preservação do território:

A prova de que os padrões oficiais dos dois Padres Matemáticos se conservaram secretos está em que, a par dessa cartografia científica e de Estado, continuou a desenvolver-se uma cartografia espontânea de sertanistas, lusos e luso-brasileiros que consignavam no papel o traçado sumário e empírico dos seus descobrimentos. Entre essas cartas de bandeirantes, utilizada a palavra na acepção mais genérica e as do Pe. Diogo Soares, as diferenças são enormes. Naquelas pululam os erros de posição, embora obedeam a uma tendência semelhante: por via de regra, as longitudes são deslocadas para leste.



Figura 2 - Parte das Cartas Sertanistas, também atribuída a Diogo Soares. As margens do ribeirão Arrudas destacam-se o Curral del Rey, Contagem e as estradas que conectavam o arraial as regiões das minas e norte da Capitania. À leste do povoado o rio das Velhas e a Vila de Sabará. Fonte: modificado de Biblioteca Nacional.

Nota-se nos mapas elaborados ao longo do século XVIII a importância dada a rede hidrográfica da Capitania visto que os rios, ribeirões e córregos eram de grande valor para o conhecimento do território, tanto para navegação quanto para os caminhos ao longo dos vales abertos pelos indígenas (Kok, 2009).

A análise realizada por Castro (2017) nos mapas do período revela ainda a organização espacial da Capitania de Minas Gerais, com os núcleos urbanos (Cidades, Vilas, Paroquias e Capelas) se localizando, na sua maioria, às margens dos cursos d'água representados nos mapas.

As representações da rede hidrográfica de Minas Gerais nos mapas do século XIX apresentam elementos que sugerem uma desconexão cartográfica em relação aos mapas produzidos no século XVIII, pelo menos no caso específico dos cursos d'água relacionados ao arraial do Curral del Rey.

Nesse contexto, destaca-se a *Carta Geológica de uma parte da Província de Minas Gerais*, elaborada no ano de 1841 pelo naturalista dinamarquês Peter Claussen (Figura 3) a partir dos estudos geológicos realizados no Quadrilátero Ferrífero e regiões adjacentes ao alinhamento montanhoso, resultado de dezesseis anos de pesquisas realizados pelo dinamarquês, que ainda apresentou a Peter Wilhelm Lund as cavernas da região de Lagoa Santa (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1858).

O mapa é considerado a primeira representação aproximada do delineamento do QF, na qual se destacam as divisões geológicas observadas por Claussen e as principais vilas e cidades, além dos locais de exploração aurífera e a rede hidrográfica de parte das bacias do rio Paraopeba à oeste, rio das Velhas ao centro e rio Piracicaba à leste.

No entanto, a rede hidrográfica representada por Claussen apresenta alguns elementos discrepantes em relação ao que havia sido representado até então, no caso os cursos d'água pertencentes a Freguesia do Curral del Rey.

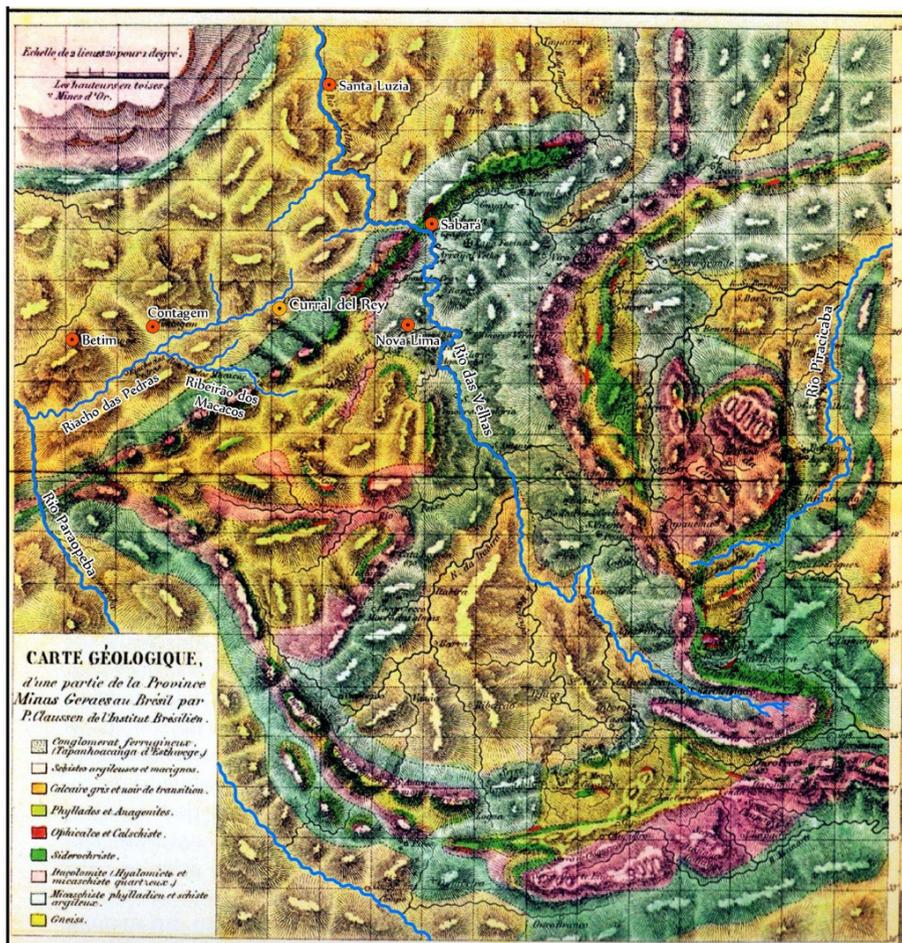


Figura 3 - Carta Geológica de uma parte da Província de Minas Gerais (1841), em destaque o arraial do Curral del Rey, a rede hidrográfica representada e os núcleos urbanos mais próximos do povoado. Fonte: Desconhecida.

O *Curral*, maneira que Claussen se referiu ao arraial no mapa, se encontra localizado na porção noroeste do Quadrilátero Ferrífero próximo a Serra do Curral e aos povoados da Contagem e Capela Nova³. No mapa, a rede hidrográfica da região do arraial se encontra correndo para oeste em direção ao

³ Betim

rio Paraopeba, o que sugere que o arraial se encontra na bacia do rio Paraopeba e não do rio das Velhas, como representado de maneira mais fidedigna nos mapas do século XVIII.

Destacam-se ainda dois cursos d'água à leste do arraial afluentes da margem oeste do rio das Velhas, possivelmente representações dos ribeirões Arrudas e Onça. Ao que tudo indica, Peter Claussen desconhecia a rede hidrográfica do arraial do Curral del Rey e a sua posição geográfica, realizando a sua representação a partir dos antigos mapas e de relatos de viajantes, visto a representação dos principais núcleos urbanos e dos topônimos *Riacho das Pedras*, um dos cursos d'água formadores do córrego do Ferrugem (município de Contagem), afluente da margem norte do ribeirão Arrudas, e *ribeirão dos Macacos*, curso d'água que se encontra no município de Nova Lima, próximo ao distrito de São Sebastião Das Águas Claras e um dos principais afluentes do alto rio das Velhas.

Possivelmente o ribeirão dos Macacos representado no mapa refere-se ao ribeirão Sarzedo visto a posição geográfica do curso d'água, correndo em direção sudoeste do Complexo da Serra do Curral (Serra da Piedade e Serra dos Três Irmãos) e desaguando no rio Paraopeba ao sul do rio Betim, ou seja, trata-se possivelmente de um erro toponímico.

Ressalta-se que na bacia do rio Paraopeba existe um curso d'água denominado ribeirão dos Macacos, afluente da sua margem leste, sendo que sua sub-bacia abrange os municípios de Sete Lagoas, Cachoeira da Prata, Fortuna de Minas e Inhaúma, ou seja, a uma distância considerável do território que abrangia a Freguesia do Curral del Rey.

Na segunda metade do século XIX, a pedido do governo provincial, foi elaborada uma nova carta da Província de Minas Gerais pelo engenheiro alemão

Henrique Gerber que, com poucos recursos financeiros e aparelhamento técnico precário, a publicou no ano de 1862 a partir dos dados levantados em campo por ele e pelos engenheiros da Repartição de Obras Públicas, utilizando-se ainda dos relatos e mapas elaborados anterior a 1850 (Fundação João Pinheiro, 1997).

O mapa de Gerber (Figura 4), assim como o de Claussen sugere o desconhecimento da rede hidrográfica do arraial do Curral del Rey, por apresentar a mesma discrepância em relação à rede hidrográfica, no qual o arraial se encontra representado às margens do rio dos Macacos correndo na direção sudoeste, correspondente a bacia do rio Paraopeba. Possivelmente, os engenheiros da Repartição de Obras Públicas não visitaram a Freguesia, visto que os seus trabalhos consistiam em levantamentos ligados, na sua maioria, a estudos de abertura de estradas de rodagem e de ferro (Fundação João Pinheiro, 1997).

Diferentemente do mapa de Claussen, no mapa de Gerber a borda norte do Quadrilátero Ferrífero termina à leste do arraial seguindo em direção ao norte, ao longo da margem oeste do rio das Velhas, ao mesmo tempo em que os seus afluentes da margem oeste, correspondentes dos ribeirões Arrudas e Onça não se encontram representados entre as cidades de Sabará e Santa Luzia. Portanto, a representação e a não representação dos elementos acima descritos sugere o desconhecimento do alinhamento montanhoso da Freguesia do Curral del Rey e da sua rede hidrográfica.

É importante observar que nos dois mapas analisados o arraial do Curral del Rey se encontrava em posição geográfica privilegiada, por se encontrar próximo a dois eixos fluviais importantes (rios Paraopeba e das Velhas) e das minas de ferro do Quadrilátero, na qual o mundo só viria a tomar pleno conhecimento no início do século XIX (Silva, 1995).

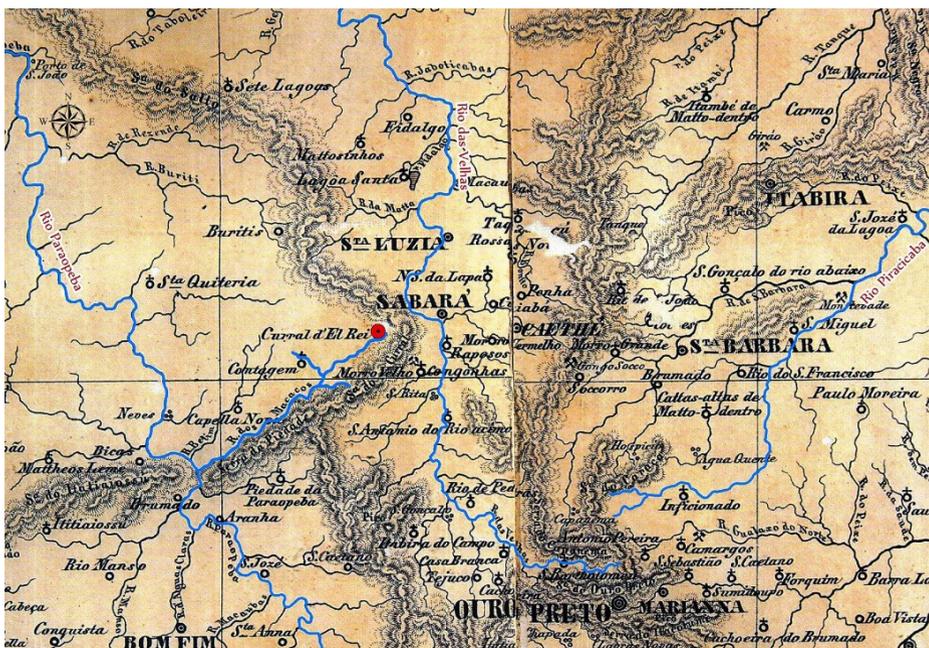


Figura 4 - Parte da Carta da Província de Minas Gerais (1859), em destaque o arraial do Curral del Rey e o ribeirão dos Macacos, à oeste o rio Paraopeba, no centro o rio das Velhas e a leste o rio Piracicaba. Fonte: modificado de Panorama de Belo Horizonte/FJP (1997).

No entanto, nesse período não existiam planos de conectar o então decadente povoado (Martins & Oliveira, 1864) aos principais centros urbanos da Província através das linhas férreas, não havendo, portanto, interesse do governo provincial para se conhecer melhor o arraial e povoados adjacentes como sugere o Almanack, ao afirmar que, *nada podemos dizer desta Freguesia, porque, não obstante nossas diligências, esclarecimento algum nos foram prestados* (1864).

Duas décadas após a publicação do mapa de Gerber, a Estrada de Ferro Pedro II elaborou no ano de 1882 uma planta da linha de reconhecimento entre as cidades de Sabará e Guaicuy, com a finalidade da extensão da linha férrea ao longo do vale do rio das Velhas, acabando por realizar, a partir das observações feitas em campo pelos engenheiros ferroviários, correções nos mapas elaborados

por Gerber (1859), Halfeld (1862), Liais (1862)⁴ e Werneck (1875)⁵.

O ribeirão Arrudas se encontra representado na referida planta (Figura 5) como *córrego das Arrudas*, localizado na margem oeste do rio das Velhas entre as cidades de Sabará e Santa Luzia, se encontrando, portanto, em sua posição correta. No entanto, ainda que a rede hidrográfica da Freguesia do Curral del Rey tenha sido representada de forma genérica, na qual se destaca o povoado das *Vendas Novas*, que se encontrava administrativamente ligado ao Curral del Rey, a representação de um curso d'água partindo do povoado e seguindo na direção norte (bacia do ribeirão da Mata) mostra uma discrepância entre a realidade e o representado, visto que o povoado, integrado ao município de Belo Horizonte no ano de 1948, se encontra assentado na bacia do ribeirão da Izidora que corre na direção leste e principal afluente da margem norte do ribeirão da Onça.

É importante ressaltar que, até o presente momento, pode-se considerar o mapa elaborado pela E.F. Pedro II a primeira representação cartográfica do principal curso d'água do Curral del Rey com o topônimo *Arrudas*, até então denominado ribeirão Grande ou ribeirão do Curral (Barreto, 1936), corrigindo ainda a representação cartográfica utilizada durante todo o século XIX, na qual o ribeirão e o arraial do Curral del Rey eram representados na bacia hidrográfica do rio Paraopeba.

O topônimo *das Arrudas* está em conformidade com a tradição portuguesa na escolha dos nomes, que normalmente batizava os povoados, serras e rios com nomes indígenas, fundadores, primeiras impressões, fauna, flora ou a partir de algum evento extraordinário ocorrido no local⁶.

⁴ Emmanuel Liais (1826-1900), astrônomo francês radicado no Brasil, foi encarregado pelo governo imperial de mapear o rio São Francisco entre a barra do rio das Velhas e às suas nascentes.

⁵ Hermenegildo Luiz dos Santos Werneck foi um dos primeiros integrantes da Comissão da Carta Geral do Império (1862-1878), e um dos responsáveis pelas pesquisas e levantamentos em campo realizados para a elaboração da Carta do Império do Brasil, publicada no ano de 1875.

⁶ Em Minas Gerais existem inúmeros exemplos, tais como Tamanduá, Formiga, Arrepiados, Arrependidos, Itabira, Guaicuy, Congonhas, Betim e outras centenas de topônimos utilizados desde o período colonial.

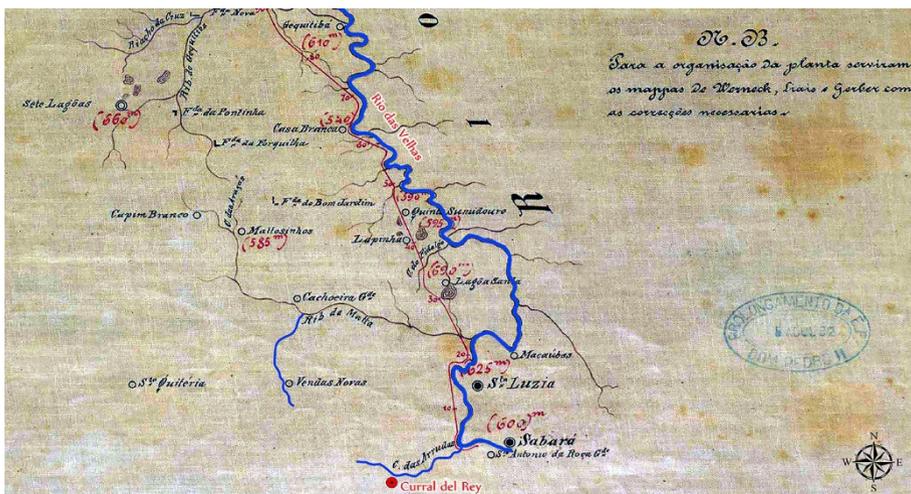


Figura 5 - Parte da Planta do Rio das Velhas de Sabará a Guaiçuhy, contendo a linha de reconhecimento entre Sabará e Paraiúna (1882), em destaque o ribeirão Arrudas (córrego das Arrudas), o arraial do Curral del Rey (posição aproximada), o rio das Velhas e o curso d'água adjacente ao povoado das Vendas Novas. Fonte: modificado de Biblioteca Nacional.

De acordo com Barreto (1936), o topônimo Arrudas se originou a partir da chegada de Francisco Arruda e Sá no ano de 1701, que se instalou com sua família nas terras próximas à confluência do ribeirão com o rio das Velhas. O emprego do pronomo “das” na nomenclatura do ribeirão poderia indicar a existência em grande quantidade da Arruda, uma planta de origem balcânica e cultivada no Brasil pelos portugueses, a qual se atribui múltiplas funções medicinais como observado por Ferreira (2002), um cirurgião-barbeiro que morou na Vila de Sabará durante a primeira metade do século XVIII.

É importante observar que até o ano de 1894 a terminologia era utilizada em algumas publicações oficiais e relatos dos visitantes do arraial de Belo Horizonte, antigo Curral del Rey, ao se referir ao principal curso d'água (Minas Geraes, 1894), sendo que a partir do ano de 1895 a terminologia *das Arrudas* passou a

ser pouco utilizada pelos órgãos oficiais e periódicos, predominando o uso do pronome “dos” a partir de então.

No ano de 1893 a rede hidrográfica do arraial de Belo Horizonte foi representada pela *Comissão de Estudos das Localidades* em uma planta elaborada pela equipe do engenheiro Samuel Gomes Pereira (Figura 6) que contém ainda a topografia, as vias e os becos do arraial, as estradas e as áreas delimitadas pela Comissão para os estudos realizados.

De acordo com a Comissão, dentro da área de estudos encontravam-se dez cursos d’água considerados relevantes para o abastecimento de água do sítio estudado, todos afluentes da margem sul do ribeirão Arrudas, considerado o principal manancial para o futuro abastecimento da cidade (Minas Geraes, 1893).

Nota-se ainda a não representação do córrego do Mendonça, afluente do córrego do Acaba Mundo e dos cursos d’água da margem norte do ribeirão (córregos da Mata, do Pastinho e da Lagoinha), área que foi possivelmente preterida para receber a nova capital, uma vez que os estudos se concentraram na margem sul do ribeirão Arrudas, entre o talvegue do curso d’água e a Serra do Curral. No caso do Mendonça, possivelmente a não representação deve-se ao fato de o mesmo ser um pequeno curso d’água que corria próximo ao aqueduto que abastecia o arraial, a partir da captação do córrego do Acaba Mundo (Borsagli, 2016).

O mapa é considerado a primeira representação cartográfica detalhada do arraial de Belo Horizonte e dos cursos d’água que atravessam o sítio estudado, uma vez que a rede hidrográfica da região foi durante quase dois séculos representada de maneira genérica.

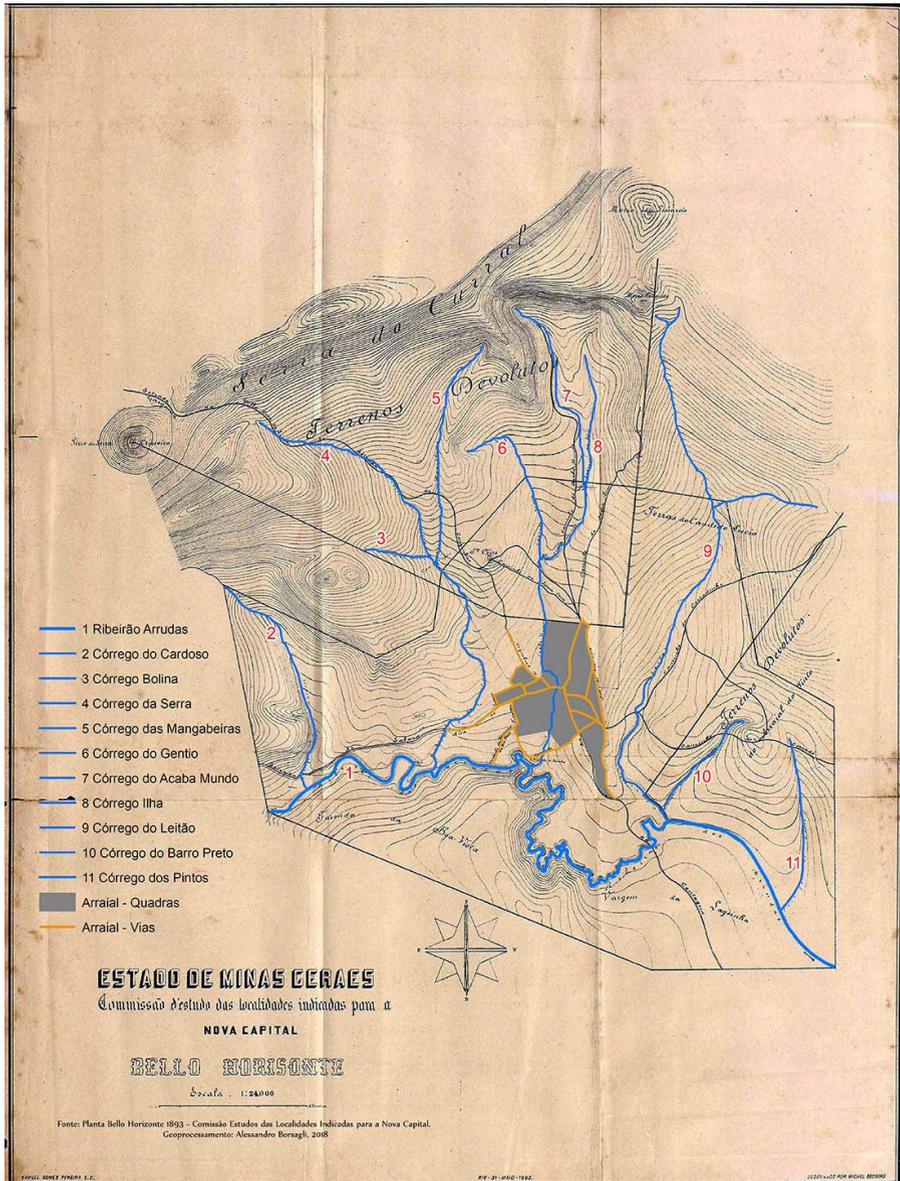


Figura 6 - Mapa do arraial de Belo Horizonte (1893), em destaque a rede hidrográfica do sítio estudado. Fonte: modificado de Arquivo Público Mineiro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar e analisar a rede hidrográfica do Curral del Rey representada nos mapas elaborados entre os anos de 1734 e 1893. A identificação e análise da cartografia histórica apontou que a rede hidrográfica da região era conhecida desde as primeiras décadas do século XVIII, encontrando-se representada de maneira correta nos mapas do período 1734/1779.

Ressalta-se que os erros apresentados nos mapas elaborados nos anos de 1835 e 1859 coincidem com a decadência da Freguesia do Curral del Rey, fator que pode ter levado apenas a coleta de informações gerais da região pelos cartógrafos, visto que ao longo do século XIX a região perdeu parte de sua importância econômica de entreposto comercial entre as minas e as fazendas do norte do Estado.

Ao analisar os trabalhos de mapeamento do sítio onde se construiu a nova capital de Minas Gerais realizados no início do ano de 1893, percebe-se que os estudos foram realizados de maneira sistemática, de modo a conhecer melhor o território que seria adaptado e modificado a partir de preceitos então considerados imprescindíveis para a construção de uma urbe racional, higiênica e salubre, na qual a rede hidrográfica foi um item considerado de suma importância para a escolha do sítio (Borsagli, 2016).

É importante ressaltar que a rede hidrográfica do sítio sobre o qual se construiu Belo Horizonte se encontra em processo de desaparecimento da paisagem urbana há quase um século, no qual os ribeirões Arrudas e Onça, cursos d'água que se encontram representados nos mapas desde o período colonial como marcos de referência geográfica, estão se tornando invisíveis perante uma urbe nascida sob a égide das águas.

Nesse contexto, faz-se necessária a reflexão sobre a importância fluvial no município de Belo Horizonte e o seu determinismo para a ocupação do território, fatores esquecidos a partir da busca por uma constante modernidade e identidade que leva a destruição quase ininterrupta dos elementos arquitetônicos, toponímicos e paisagísticos da capital, surgida a partir dos anseios republicanos da modernidade e que se encontrou no Complexo da Pampulha, emoldurado por uma das mais importantes obras de intervenção fluvial realizadas na capital mineira.

A sociedade interfere e modifica a paisagem de acordo com suas necessidades. Apesar das políticas de diversos centros urbanos na atualidade valorizarem a reinserção dos cursos d'água na paisagem urbana, como um agente concreto que a compõe, a rede hidrográfica coberta de Belo Horizonte, ao que tudo indica, ainda passará décadas sob a cidade, até que se adote uma política de reabilitação e reinserção, onde o estudo geográfico-histórico da capital mineira e a sua cartografia histórica serão prioritários para a elaboração de um plano de reabilitação e reinserção bem-sucedido.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao PPGG-TIE PUC Minas pelo suporte técnico, a CAPES e CNPq pelo suporte financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, L. Q. (2010). Vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos. 278f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- ALMEIDA, L. Q.; CARVALHO, P. F. (2012). A negação dos rios urbanos numa metrópole brasileira. Revista GEO UERJ, v.1, n. 23, p.1-17.

- ANTONIL, A. J. (1837). Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca.
- ARCHELA, R. S. (2007). Evolução histórica da cartografia no Brasil: instituições, formação profissional e técnicas cartográficas. Revista Brasileira de Cartografia, Nº 59/03, p. 213-223, dez.
- BARBOSA, W. A. (1981). Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 378p.
- BARRETO, A. (1936). Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história antiga. v.1. Belo Horizonte: Livraria Rex, 760p.
- BORSAGLI, A. (2011). O Vale do Córrego do Leitão em Belo Horizonte: Contribuições da cartografia para a compreensão da sua ocupação. In: Anais 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty. In: http://www.ufmg.br/rededemuseum/crch/simposio/BORSAGLI_ALESSANDRO.pdf.
- BORSAGLI, A. (2016). Rios Invisíveis da Metrópole Mineira. Belo Horizonte: Clube de Autores, 430p.
- CASTRO J. F. M. (2017). Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. 1ª edição. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 176p.
- CASTRO J. F. M. (2018). História da Cartografia e Cartografia Sistemática. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 136p.
- CAVENAGHI, A. J. O (2010). Atlas do Império do Brasil e as representações existentes no livro “História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade social. História, Historiadores e Historiografia, p.383-403.
- CORTESÃO, A. (1960). Cartografia portuguesa antiga. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 195p.
- CORTESÃO, J. (1971). História do Brasil nos velhos mapas, tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 443p.

- COSTA, A. G. (org.). (2002). Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província. Belo Horizonte: Editora UFMG, 84p.
- FERREIRA, L. G.; FURTADO, J. F. (org) (2002). Erário mineral. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 821p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (1997). Panorama de Belo Horizonte: Atlas Histórico. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 104p.
- GOMES, M. C. A. (2010). Aventura cartográfica na cidade nascente. Revista do Arquivo Público Mineiro, p.89-106.
- HOYUELA JAYO, J. A. (2018). Mapa Histórico Digital de Belo Horizonte. In: <http://www.mapahistoricodigitalbh.com.br>.
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1858). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo II, n.6, p. 272.
- KOK, G. (2009). Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.17. n.2. p. 91-109 jul.- dez.
- MACHDO, M. M. M.; RENGER, F. E. (2015). Os primórdios da ocupação de Minas Gerais em mapas. Revista Brasileira de Cartografia, Rio de Janeiro, nº 67/4 p. 759-771.
- MARTINS, A. A.; OLIVEIRA, J. M. (1864). Almanak administrativo, civil e industrial da Província de Minas Geraes. Rio de Janeiro: Typografia da Actualidade, 660p.
- MINAS GERAES (1893). Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a nova Capital. Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Dr. Affonso Penna, Presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 492p.
- SACRATO, L. C. (2009). Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano. 303f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas.
- SANTOS, K. S.; GRAÇA, A. J. S.; MENEZES, P. M. L. (2015). Evolução dos limites

distritais da cidade do Rio de Janeiro, um recorte do século XX. *Revista Brasileira de Cartografia*, Rio de Janeiro, Nº 67/8, p. 1733-1747, dez.

SANTOS, M. A. (2018). Cópia setecentista do mapa de Jacobo Cocleo. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty. In: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SANTOS_MARCIO_ROBERTO_A.pdf.

SILVA, O. P. (1995). A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro. *Revista Geonomos*, v.3, n.1, p.77-86, 1995.